



MUNICÍPIO DE SENGÉS
CNPJ/MF 76.911.676/0001-07
TRAVESSA SENADOR SOUZA NAVES N. 95 - SENGÉS – PARANÁ

GUARDA CIVIL DO MUNICÍPIO DE SENGÉS
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023
EDITAL Nº 004/2023 – RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Dispõe sobre a retificação do edital de abertura do Concurso Público aberto pelo Edital nº 001/2023

A COMISSÃO EXAMINADORA JULGADORA DO CONCURSO PÚBLICO, nomeada pela Portaria nº 2.656/2023 o uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO:

1. A retificação do Conteúdo Programático divulgado através do edital de abertura do Concurso Público aberto pelo Edital nº 001/2023, conforme segue:

ONDE SE LÊ:

CONHECIMENTOS ESPECIFICOS

Conhecimento e procedimentos de proteção do patrimônio público, serviços de vigilância de logradouros e instalações públicas, ações de defesa civil, preservação da segurança e a ordem em prédios públicos, prevenção e combate a incêndios, comunicação radiofônica, proteção ambiental, aplicação de normas de saúde, sossego, higiene, funcionalidade, ética e moralidade; noções de direito penal (crime consumado e crime tentado, penas privativas de liberdade, legítima defesa, crimes contra a vida, crimes contra o patrimônio, crimes contra a administração pública); Lei nº 11.340/06 e suas alterações (Lei Maria da Penha); Lei nº 11.343/06 e suas alterações (Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad), Lei Federal nº 10.826/2003 e suas alterações (Desarmamento) e Lei Federal 13.022/2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais). Lei Orgânica do Município de Sengés; Constituição Federal – Dos Direitos e Garantias Fundamentais: Direitos e deveres individuais e coletivos; Direitos Sociais; Nacionalidade e Cidadania; Direitos e Partidos Políticos; Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas: da Segurança Pública; Da Ordem Social: do Meio Ambiente. Lei Federal nº 13.675/2018 (Organização e funcionamento dos órgãos responsáveis pela Segurança Pública). Livro Azul das Guardas Municipais – Princípios Doutrinários da Segurança Pública Municipal. Decreto nº 9.846/2019 e suas alterações (Registro, cadastro e aquisição de armas e munições). NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO: 1 Poderes administrativos. 1.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 1.2 Uso e abuso do poder. 2 Noções de organização administrativa. 2.1 Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. 2.2 Administração direta e indireta. 2.3 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. LEGISLAÇÃO ESPECIAL: Lei nº 10.741/2003 e suas alterações (estatuto do idoso) - Dos Direitos Fundamentais -Das medidas de proteção - Dos crimes. Lei nº 8.069/1990 e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente) - Dos Direitos Fundamentais. - Da prática do Ato Infracional. Lei nº 9605/1998 e suas alterações (lei dos crimes contra o meio ambiente) - Da apreensão do produto e do instrumento de infração administrativa ou do crime. - Dos crimes contra o meio ambiente. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro e suas alterações. Do sistema nacional de trânsito. Das normas gerais de circulação e conduta. Da condução de veículos por motoristas profissionais. Dos pedestres e condutores de veículos não motorizados. Do cidadão. Da educação para o trânsito. Da sinalização de trânsito. Da engenharia de tráfego, da operação, da fiscalização e do policiamento ostensivo de trânsito. Dos veículos. Do registro de veículos. Do licenciamento. Da condução de escolares. Da habilitação. Das



MUNICÍPIO DE SENGÉS

CNPJ/MF 76.911.676/0001-07
TRAVESSA SENADOR SOUZA NAVES N. 95 - SENGÉS - PARANÁ

infrações. Das penalidades. Das medidas administrativas. Do processo administrativo. Dos crimes de trânsito. Dos conceitos e definições. Resoluções do CONTRAN e suas atualizações, todas em vigência. Sinalização de trânsito. Direção defensiva e preventiva. Primeiros Socorros. Cidadania e meio ambiente no trânsito. Noções de eletricidade e mecânica automotiva.

LEIA – SE:

CONHECIMENTOS ESPECIFICOS

Conhecimento e procedimentos de proteção do patrimônio público, serviços de vigilância de logradouros e instalações públicas, ações de defesa civil, preservação da segurança e a ordem em prédios públicos, prevenção e combate a incêndios, comunicação radiofônica, proteção ambiental, aplicação de normas de saúde, sossego, higiene, funcionalidade, ética e moralidade; noções de direito penal (crime consumado e crime tentado, penas privativas de liberdade, legítima defesa, crimes contra a vida, crimes contra o patrimônio, crimes contra a administração pública); Lei nº 11.340/06 e suas alterações (Lei Maria da Penha); Lei nº 11.343/06 e suas alterações (Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad), Lei Federal nº 10.826/2003 e suas alterações (Desarmamento) e Lei Federal 13.022/2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais). Lei Orgânica do Município de Sengés; Constituição Federal – Dos Direitos e Garantias Fundamentais: Direitos e deveres individuais e coletivos; Direitos Sociais; Nacionalidade e Cidadania; Direitos e Partidos Políticos; Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas: da Segurança Pública; Da Ordem Social: do Meio Ambiente. Lei Federal nº 13.675/2018 (Organização e funcionamento dos órgãos responsáveis pela Segurança Pública). Livro Azul das Guardas Municipais – Princípios Doutrinários da Segurança Pública Municipal. **DECRETO Nº 11.366, DE 1º DE JANEIRO DE 2023, e alterações posteriores.** NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO: 1 Poderes administrativos. 1.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 1.2 Uso e abuso do poder. 2 Noções de organização administrativa. 2.1 Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. 2.2 Administração direta e indireta. 2.3 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. LEGISLAÇÃO ESPECIAL: Lei nº 10.741/2003 e suas alterações (estatuto do idoso) - Dos Direitos Fundamentais -Das medidas de proteção - Dos crimes. Lei nº 8.069/1990 e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente) - Dos Direitos Fundamentais. - Da prática do Ato Infracional. Lei nº 9605/1998 e suas alterações (lei dos crimes contra o meio ambiente) - Da apreensão do produto e do instrumento de infração administrativa ou do crime. - Dos crimes contra o meio ambiente. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro e suas alterações. Do sistema nacional de trânsito. Das normas gerais de circulação e conduta. Da condução de veículos por motoristas profissionais. Dos pedestres e condutores de veículos não motorizados. Do cidadão. Da educação para o trânsito. Da sinalização de trânsito. Da engenharia de tráfego, da operação, da fiscalização e do policiamento ostensivo de trânsito. Dos veículos. Do registro de veículos. Do licenciamento. Da condução de escolares. Da habilitação. Das infrações. Das penalidades. Das medidas administrativas. Do processo administrativo. Dos crimes de trânsito. Dos conceitos e definições. Resoluções do CONTRAN e suas atualizações, todas em vigência. Sinalização de trânsito. Direção defensiva e preventiva. Primeiros Socorros. Cidadania e meio ambiente no trânsito. Noções de eletricidade e mecânica automotiva.

2. Ficam inalterados os demais itens do edital de abertura nº 001/2023.

Sengés, 07 de julho de 2023.

SIMONE MOURA LODY
PRESIDENTE DA COMISSÃO